

continuação

## WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS DO NORTE S.A.

Companhia Incentivada registrada na CVM sob o cód. nº 51824-7  
CNPJ 34.597.955/0001-90

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)		DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008	
		Em milhares de reais	
	2007 (Reclassificado- Nota 2.1)		2008
Origens dos recursos		FLUXO DE CAIXA MÉTODO DIRETO	
Das operações sociais		Fluxos de caixa das atividades operacionais	
Lucro líquido do exercício	48.244	Recebidos de clientes	267.867
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante		Outros ingressos	4.765
Depreciações e amortizações	17.456	Pagamentos de despesas administrativas	(11.678)
Juros e variações do realizável a longo prazo	(181)	Pagamentos a fornecedores	(55.275)
Juros e variações monetárias do passivo não circulante	25	Pagamentos de fretes	(32.192)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	849	Pagamentos de energia	(11.554)
Provisões de longo prazo	386	Pagamentos a empregados	(22.082)
Valor residual do ativo permanente baixado	<u>1.603</u>	Pagamentos de impostos	(62.757)
	68.382	Pagamentos de seguros e benefícios	(2.935)
		Outros pagamentos	(661)
De terceiros		Pagamentos de royalties	<u>(3.622)</u>
Incentivos fiscais e subvenções para investimentos		Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>69.876</u>
	<u>16.081</u>	Fluxos de caixa das atividades de investimentos	
Total das origens	<u>84.463</u>	Compra de ativo imobilizado	(28.748)
		Dividendos pagos	(11.457)
Aplicações dos recursos		Outros investimentos	<u>(5.702)</u>
Dividendos propostos	11.456	Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(45.907)</u>
Aumento nas contas a receber de longo prazo - controladora e ligadas	33.088	Fluxos de caixa das atividades de financiamentos	
Adições ao imobilizado	25.915	Captações bancárias	22.502
Adições ao diferido	46	Outros ingressos financeiros	320
Depósitos para recursos	552	Pagamentos de empréstimos	(26.765)
Transferência do ativo circulante para o realizável a longo prazo	5.029	Pagamentos de leasing	(933)
Transferência do passivo não circulante para o passivo circulante	<u>759</u>	Ingressos de partes relacionadas	28.468
Total das aplicações	<u>76.845</u>	Desembolsos com partes relacionadas	(46.274)
Aumento do capital circulante	<u>7.618</u>	Outros desembolsos financeiros	<u>(3.132)</u>
Variações do capital circulante		Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	<u>(25.814)</u>
Ativo circulante		Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(1.845)
No início do exercício	82.951	Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7.383
No fim do exercício	<u>96.230</u>	Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>5.538</u>
	<u>13.279</u>	Conciliação do resultado líquido com o caixa líquido das atividades operacionais	
Passivo circulante		Resultado líquido	54.667
No início do exercício	28.882	Ajustes que não representam entrada ou saída de caixa	
No fim do exercício	<u>34.543</u>	Imposto de renda diferido	6.959
	<u>5.661</u>	Realização de impostos com entidades governamentais	(10.164)
Aumento do capital circulante	<u>7.618</u>	Redução de imposto de renda por incentivo fiscal	(4.375)
		Incentivo fiscal de ICMS - Lei nº 2.390	(6.105)
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras		Depreciação e amortização	18.305
		Provisão para contingências	10.989
		Valor residual do ativo imobilizado baixado	<u>2.598</u>
		Variações nos ativos	
		Contas a receber	(3.834)
		Estoques	6.293
		Impostos a recuperar	(4.196)
		Outros ativos	70
		Depósitos para recursos	(496)
		Imposto de renda e contribuição social diferidos	(3.907)
		Incentivos fiscais a realizar	<u>(1.335)</u>
		Variações nos passivos	
		Fornecedores	1.360
		Imposto de renda e contribuição social	1.791
		Obrigações fiscais e sociais	522
		Salários e encargos sociais	(195)
		Recebimentos antecipados	(19)
		Outros passivos	344
		Provisão para contingências	(42)
		Imposto de renda e contribuição social diferidos	687
		Planos de benefício de pensão e aposentadoria	(41)
		Caixa líquido das atividades operacionais	<u>69.876</u>
			<u>Débito</u>
			<u>(crédito)</u>
		Ativo circulante	
		Tributos a recuperar	(1.796)
		Ativo não circulante	
		Tributos a recuperar	1.796
		Ajuste de exercícios anteriores (Nota 11(b))	(2.868)
		Tributos diferidos sobre ajuste de exercícios anteriores	<u>975</u>
			<u>(1.893)</u>
		Patrimônio líquido	
		Ajuste de exercícios anteriores	<u>1.893</u>
		Alteração na Lei das Sociedades por Ações: Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638, alterada pela Medida Provisória - MP nº 449, de 4 de dezembro de 2008, que modificaram e introduziram novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações. Essa Lei e a referida MP tiveram como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o pro-	

cesso de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". A aplicação das referidas Lei e MP é obrigatória para demonstrações financeiras anuais de exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2008. As mudanças na Lei das Sociedades por Ações trouxeram os seguintes principais impactos nas demonstrações financeiras da Companhia: (a) As parcelas recebidas de incentivos fiscais para investimentos passaram a ser registradas no resultado do exercício da seguinte forma: as oriundas de ICMS, em conta redutora de "Impostos e contribuições incidentes sobre as vendas e serviços"; as de reinvestimento, em conta redutora de "Imposto de Renda do Exercício". Na destinação do lucro, esses incentivos foram apropriados em contas de "Reserva de Incentivos Fiscais", no grupo de Reservas de Lucros, no patrimônio líquido. (b) A empresa optou por manter seu Ativo Diferido de acordo com a admissão legal realizando amortizações dentro do prazo de 60 meses. (c) Reclassificações: gastos ativados e registrados no ativo diferido relacionados a desenvolvimento de software foram reclassificados para o ativo intangível. (d) Apresentação da demonstração do fluxo de caixa do exercício findo em 2008 em substituição à demonstração das origens e aplicações de recursos. A companhia manteve a apresentação da demonstração das origens e aplicações de recursos do exercício de 2007. Conforme permitido pelo Pronunciamento CPC 13 - Adoção inicial da Lei nº 11.638 e da MP nº 449/08, a administração da Companhia optou por não reapresentar cifras comparativas ajustadas conforme NPC - 12 - Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas e Correção de Erros. As mudanças de práticas contábeis contempladas nos citados instrumentos não estão refletidos no patrimônio líquido e resultado do exercício de 2007. 2.2. Descrição das principais práticas contábeis adotadas: As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir: (a) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor. (b) Instrumentos financeiros: A Companhia possui apenas instrumentos financeiros que são classificados na categoria de empréstimos e recebíveis. Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os empréstimos a coligadas, contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. (c) Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes são avaliadas pelo montante original da venda deduzida a provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. (d) Estoques: Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da Média Ponderada Móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão-de-obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação. (e) Depósitos judiciais: Os depósitos são apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra despacho favorável da questão para a Companhia. (f) Tributos diferidos: Referem-se a imposto de renda e a contribuição social diferidos que são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social (Nota 10 (a)). Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias. (g) Incentivos fiscais: A provisão para o imposto de renda é constituída pelo valor total do imposto, isto é, sem redução da parcela dos incentivos fiscais. O montante equivalente à isenção e redução de imposto de renda, relativos à produção de unidades industriais instaladas na área da Agência de Desenvolvimento da Amazônia - ADA, é revertido da conta passiva para uma conta redutora da despesa de imposto de renda. Os demais incentivos, quando pagos, são registrados ao custo, no realizável

continua